

**Ambient - Serviços Ambientais
de Ribeirão Preto S.A.**

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo
em 31 de dezembro de 2018 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da
Ambient - Serviços Ambientais de Ribeirão Preto S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Ambient - Serviços Ambientais de Ribeirão Preto S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ambient - Serviços Ambientais de Ribeirão Preto S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e com o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento de suas operações.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 225.000 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.


Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo da auditoria.


Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para planejarmos os procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso pela Administração da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, a existência de incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, caso as divulgações sejam inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 27 de março de 2019


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8


Fabiano Ricardo Tessitore
Contador
CRC nº 1 SP 216451/O-1

AMBIENT - SERVIÇOS AMBIENTAIS DE RIBEIRÃO PRETO S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017

(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	2018	2017	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	2018	2017
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	3.030	2.212	Empréstimos e financiamentos	10	7.289	5.988
Aplicações financeiras	5	29.115	22.726	Debêntures privadas	11	-	35.407
Contas a receber	6	15.350	16.378	Fornecedores		2.242	3.640
Estoques		759	-	Partes relacionadas	9	7.456	17.563
Partes relacionadas	9	3	7	Obrigações sociais		2.008	1.664
Ativo financeiro	7	40.049	30.098	Obrigações fiscais		1.276	663
Outros ativos		156	143	Dividendos a pagar	12	9.677	20.128
Total do ativo circulante		<u>88.462</u>	<u>71.564</u>	Outros passivos		48	57
				Total do passivo circulante		<u>29.996</u>	<u>85.110</u>
NÃO CIRCULANTE				NÃO CIRCULANTE			
Contas a receber	6	-	1.557	Empréstimos e financiamentos	10	114.674	9.293
Ativo financeiro	7	207.529	179.556	Imposto de renda e contribuição social diferidos	16	10.156	11.246
Outros ativos		1.310	-	Outros passivos		-	183
				Total do passivo não circulante		<u>124.830</u>	<u>20.722</u>
Imobilizado	8	2.913	3.087	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Intangível		66	88	Capital social	12	48.491	48.491
Total do ativo não circulante		<u>211.818</u>	<u>184.288</u>	Reservas de lucros		<u>96.963</u>	<u>101.529</u>
				Total do patrimônio líquido		<u>145.454</u>	<u>150.020</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>300.280</u>	<u>255.852</u>	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>300.280</u>	<u>255.852</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AMBIENT - SERVIÇOS AMBIENTAIS DE RIBEIRÃO PRETO S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017
(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro por ação básico e diluído)

	Nota explicativa	2018	2017
RECEITA LÍQUIDA	13	129.614	123.813
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	14	(69.830)	(67.204)
LUCRO BRUTO		<u>59.784</u>	<u>56.609</u>
DESPESAS OPERACIONAIS			
Gerais e administrativas	14	(7.423)	(5.887)
Outras despesas operacionais, líquidas		<u>(9)</u>	<u>(23)</u>
		<u>(7.432)</u>	<u>(5.910)</u>
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>52.352</u>	<u>50.699</u>
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras	15	915	2.028
Despesas financeiras	15	<u>(7.439)</u>	<u>(5.661)</u>
		<u>(6.524)</u>	<u>(3.633)</u>
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>45.828</u>	<u>47.066</u>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Correntes	16	(12.005)	(11.846)
Diferidos	16	<u>(3.603)</u>	<u>(2.913)</u>
		<u>(15.608)</u>	<u>(14.759)</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>30.220</u>	<u>32.307</u>
LUCRO POR AÇÃO - BÁSICO E DILUÍDO - R\$	17	<u>30,04</u>	<u>32,11</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AMBIENT - SERVIÇOS AMBIENTAIS DE RIBEIRÃO PRETO S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	30.220	32.307
Outros resultados abrangentes	-	-
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	<u>30.220</u>	<u>32.307</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AMBIENT - SERVIÇOS AMBIENTAIS DE RIBEIRÃO PRETO S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de lucros			Lucros acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva de contingências	Lucros retidos		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016		48.491	9.698	10.022	62.175	-	130.386
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	32.307	32.307
Complemento de reserva para contingências	12	-	-	1.615	-	(1.615)	-
Dividendos complementares - exercício de 2016	12	-	-	-	(5.000)	-	(5.000)
Dividendos mínimos obrigatórios - exercício de 2017	12	-	-	-	-	(7.673)	(7.673)
Transferência para reserva de retenção de lucros		-	-	-	23.019	(23.019)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017		48.491	9.698	11.637	80.194	-	150.020
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	30.220	30.220
Complemento de reserva para contingências	12	-	-	1.511	-	(1.511)	-
Dividendos complementares - exercícios anteriores	12	-	-	-	(18.500)	-	(18.500)
Dividendos mínimos obrigatórios - exercício de 2018	12	-	-	-	-	(7.177)	(7.177)
Ajuste na adoção do CPC 48/IFRS 9	7	-	-	-	(9.109)	-	(9.109)
Transferência para reserva de retenção de lucros		-	-	-	21.532	(21.532)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018		48.491	9.698	13.148	74.116	-	145.454

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AMBIENT - SERVIÇOS AMBIENTAIS DE RIBEIRÃO PRETO S.A.DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	2018	2017
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do exercício		30.220	32.307
Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício ao caixa oriundo das atividades operacionais:			
Imposto de renda e contribuição social - diferidos		3.603	2.913
Depreciação e amortização		280	328
Juros sobre empréstimos		6.572	5.139
Remuneração do ativo financeiro		(19.052)	(35.072)
Provisão para riscos		75	(400)
Redução (aumento) nos ativos operacionais:			
Contas a receber	6	2.065	(4.000)
Ativo financeiro	7	(32.673)	(13.589)
Outros ativos		(1.323)	747
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores e partes relacionadas		(11.501)	9.510
Obrigações sociais		344	137
Obrigações fiscais		12.617	11.907
Imposto de renda e contribuição social pagos		(12.005)	(11.846)
Outras contas a pagar		(267)	17
Juros pagos sobre empréstimos	10	(5.921)	(4.169)
Caixa aplicado nas atividades operacionais		<u>(26.966)</u>	<u>(6.071)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aplicações financeiras	5	(6.389)	(14.781)
Aquisição de ativo imobilizado	8	(171)	(533)
Aquisição de ativo intangível		(9)	(61)
Baixas de ativo imobilizado	8	96	-
Caixa aplicado nas atividades de investimento		<u>(6.473)</u>	<u>(15.375)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Empréstimos:			
Captações		135.384	34.651
Pagamentos de principal	10	(64.999)	(4.770)
Pagamentos de dividendos	11	(36.128)	-
Pagamentos de juros sobre o capital próprio		-	(8.075)
Caixa oriundo das atividades de financiamento		<u>34.257</u>	<u>21.806</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
		<u>818</u>	<u>360</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		2.212	1.852
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		<u><u>3.030</u></u>	<u><u>2.212</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AMBIENT - SERVIÇOS AMBIENTAIS DE RIBEIRÃO PRETO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Ambient - Serviços Ambientais de Ribeirão Preto S.A. ("Companhia" ou "Concessionária") foi constituída em 20 de setembro de 1995, tendo como objeto a exploração, por meio de concessão, do sistema de tratamento de esgoto da cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, consoante o disposto no Edital nº 005/95, da Prefeitura de Ribeirão Preto e do Departamento de Águas e Esgotos de Ribeirão Preto - DAERP.

O contrato de concessão estabelece o prazo de concessão em 20 anos, com possibilidade de prorrogação. Durante o exercício de 2000, a Companhia finalizou parte das obras relativas à construção da primeira estação de tratamento de esgoto, em fase de testes no final daquele exercício. As operações de tratamento de esgoto previstas no edital iniciaram-se em julho de 2001, sendo utilizados aproximadamente 14% da capacidade total. Durante 2001, 2002 e 2003, foram efetuados elevados investimentos para a construção da segunda estação de tratamento, concluída e colocada em operação em março de 2003. Em 26 de novembro de 2015, a Companhia firmou um aditivo a esse contrato de concessão que prorrogou a vigência até 28 de setembro de 2033.

Os serviços de tratamento de esgoto prestados pela Companhia são remunerados pela Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto ("Poder Concedente"), por intermédio do DAERP, por meio de uma equação com base nos preços oferecidos pela Concessionária na concorrência e considerando os volumes de esgoto efetivamente tratados. A remuneração mensal é composta por custos fixos relacionados à remuneração do investimento e por custos variáveis relacionados à operação e à manutenção aplicada ao volume de esgoto tratado.

Os serviços especiais de tratamento de esgoto com características diferentes das especificadas no Projeto Básico podem ser contratados diretamente pela Concessionária, com tarifas e preços a serem definidos de comum acordo com o DAERP. O contrato contempla correção pelo Índice Geral de Preços de Mercado - IGP- M e pelo Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna - IGP-DI, e o ajuste ocorre anualmente.

O referido contrato de concessão não contempla valor estimado de investimentos, o qual depende da evolução da demanda de volume de esgoto tratado.

Em decorrência de o modelo de contrato de concessão ser da forma não onerosa, a Companhia não tem custos com o Poder Concedente pela exploração dos serviços mencionados, seja na forma de ônus fixo ou variável pelo direito de concessão.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e nos pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são elaboradas e apresentadas em real (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em reais (R\$) foram arredondadas para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Uso de estimativa e julgamento

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de práticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos e estimativas críticos referentes às práticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão descritos a seguir:

Contabilização de contratos de concessão

Na contabilização dos contratos de concessão, conforme determinado pela interpretação técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicação da interpretação de contratos de concessão e a determinação e classificação da remuneração da prestação de serviços de melhoria ou construção como ativo intangível ou ativo financeiro.

Determinação da receita e custos de construção

Quando contrata serviços de construção, a Companhia deve reconhecer a receita de construção, quando realizada, pelo valor justo. A determinação do valor justo referente à parcela de construção requer a aplicação de julgamento e estimativas para determinação do montante a ser alocado como retorno das atividades de construção com base no modelo econômico do contrato.

Na primeira etapa do contrato, que compreende a construção das obras, as receitas e custos associados ao contrato de construção são reconhecidos tomando como base a proporção do trabalho executado até a data do balanço. A perda esperada no contrato de construção, quando aplicável, é reconhecida imediatamente como despesa. A receita de construção auferida e o custo de obra incorrido referem-se às Obras dos Interceptores e Coletores de Esgoto e Estações Elevatórias na cidade de Ribeirão Preto.

O custo da obra é registrado com base nos valores efetivamente contratados de terceiros para a construção e é igual ao da receita, pois a Administração da Companhia entende que o contrato firmado com o poder concedente não prevê margem de lucro na construção.

Momento de reconhecimento do ativo financeiro

O ativo financeiro foi registrado pelo valor justo em contrapartida à receita de construção com base nas características do contrato de concessão. Após o início das operações, o ativo financeiro passou a ser remunerado pela taxa de retorno de investimento prevista no modelo econômico preparado pela Administração com base nos termos do contrato de concessão.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

As principais políticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras são as seguintes:

3.1. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia é parte das disposições contratuais do instrumento.

Avaliação dos instrumentos financeiros, incluindo derivativos é registrada: a) pelo seu valor justo por meio do resultado (VJR); e b) pelo custo amortizado, atualizado conforme disposições legais ou contratuais, ajustado ao valor provável de realização, quando este for inferior.

i. Ativos financeiros

Os ativos financeiros da Companhia estão classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado ou custo amortizado.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de ativos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os principais ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes e ativo financeiro da concessão.

Caixa e equivalentes de caixa

Consistem basicamente em valores mantidos em caixa e bancos e outros investimentos de curto prazo, com liquidez imediata, em montante conhecido de caixa, sujeito a um insignificante risco de mudança de valor, e vencimento e expectativa de utilização em período inferior a 90 dias.

Aplicações financeiras

Consistem em aplicações financeiras com vencimento original de três meses ou maior a partir da data de contratação, podem estar sujeitas a um risco significativo de alteração de valor, não possuem liquidez imediata e são utilizadas na liquidação das obrigações de longo prazo.

Contas a receber

Referem-se substancialmente aos serviços de tratamento de esgoto a serem recebidos integralmente da Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto ("Poder Concedente"), que efetua a cobrança dos consumidores finais. São registradas com base nos valores nominais e não ajustadas a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo e por não resultarem em efeito relevante nas demonstrações financeiras.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída, se necessário, com base em estimativas de perdas esperadas.

Ativo financeiro

A Companhia reconheceu um ativo financeiro, resultante do contrato de concessão de serviços, conforme mencionado na nota explicativa nº 2.4. O recebível oriundo da remuneração pela prestação de serviços de construção ou melhorias em um contrato de concessão de serviços é mensurado pelo valor justo mediante o reconhecimento inicial e está representado pelo direito de recebimento proporcional ao percentual executado das obras contratadas.

É mensurado subsequentemente pelo custo amortizado, ou seja, o valor inicialmente reconhecido mais os encargos financeiros cumulativos sobre esse valor calculado, utilizando o método dos juros efetivos menos as amortizações. A segregação do saldo entre o ativo circulante e não circulante é registrada com base no cronograma de recebimento determinado em contrato.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Os ativos financeiros da concessão (representados pelas contas a receber do Poder Concedente) são avaliados por indicadores de sua redução ao valor recuperável no final de cada exercício. As perdas por redução dos ativos financeiros da concessão ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva de sua redução, como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido, após o reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo.

Um ativo financeiro é baixado quando os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiram. A Companhia transfere os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assume uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e i) a empresa transfere substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou ii) a empresa não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transfere o controle sobre o ativo.

ii. Passivos financeiros

A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial. Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo. Após reconhecimento inicial, os passivos financeiros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa efetiva de juros.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores, empréstimos e financiamentos, partes relacionadas e outros passivos.

Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente pelo valor justo, no reconhecimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos e financiamentos tomados são apresentados pelo custo amortizado, ou seja, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido. Os custos dos empréstimos são reconhecidos como despesas, de acordo com o regime contábil de competência, exceto quando atribuíveis à um ativo qualificável.

Os custos de empréstimos atribuídos diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficar prontos para uso, são incluídos no custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso pretendido. Os ganhos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos e ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos qualificados para capitalização.

Fornecedores, outros passivos e partes relacionadas

As contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor nominal e que equivale ao valor justo e, subsequentemente, quando aplicável, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros.

3.2. Imobilizado

Avaliado ao custo de aquisição e/ou construção, acrescido de juros capitalizados durante o período de construção, quando aplicável, para os casos de ativos qualificáveis. A depreciação é calculada pelo método linear com base na vida útil estimada dos ativos, limitada, quando aplicável, ao prazo da concessão.

3.3. Intangível

Demonstrado ao custo de aquisição, deduzido da amortização calculada segundo as taxas consideradas compatíveis com sua vida útil-econômica estimada. São registrados os custos de aquisição com software, cuja amortização é linear em um período de cinco anos. Quando aplicável, é efetuada provisão para redução ao valor de realização dos ativos.

3.4. Redução ao valor recuperável de ativos

Os bens do imobilizado e do intangível têm seu valor recuperável testado no mínimo anualmente, ou sempre que há indicação de perda de valor. Quando o valor contábil dos referidos ativos ultrapassa o valor recuperável, definido pelo maior entre o valor em uso do ativo e o valor líquido de venda, essa diferença é reconhecida no resultado do exercício. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, não houve necessidade de constituir provisão para redução desses ativos ao valor recuperável.

3.5. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis (passivos), acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias.

3.6. Imposto de renda e contribuição social

Impostos correntes

As provisões para imposto de renda e contribuição social estão baseadas na respectiva base tributável do exercício. A base tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas e despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente.

Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativos e passivos, quando aplicável, são registrados com base em saldo de base tributável negativa (ativo) e diferenças temporárias entre os livros fiscais e os contábeis.

3.7. Reconhecimento das receitas e despesas

As receitas são reconhecidas a medida que a Companhia cumpre as obrigações para as quais foi contratada. As despesas de operação são apropriadas de acordo com o período de competência.

As receitas de operação são provenientes do sistema de tratamento de esgoto da cidade de Ribeirão Preto, e a receita de concessão, pela remuneração do ativo financeiro.

As receitas relacionadas aos serviços de construção são reconhecidas pelo valor justo, com base no estágio de conclusão das obras realizadas.

3.8. Receitas e despesas financeiras

Representadas, substancialmente, por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, depósitos judiciais, empréstimos e financiamentos.

3.9. Dividendos

A proposta de distribuição de dividendos efetuada pela Administração da Companhia que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo, na rubrica "Dividendos propostos", por ser considerada uma obrigação legal prevista no estatuto social da Companhia, conforme divulgado na nota explicativa nº 12.

3.10. Mudanças nas práticas contábeis

A Companhia aplicou inicialmente o CPC 47/IFRS 15 e CPC 48/IFRS 9 a partir de 1º de janeiro de 2018. O efeito da aplicação direta dessas normas está descrito abaixo:

- CPC 47 – Receita de contrato com cliente

O CPC 47/IFRS 15 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida e por quanto tempo a receita é mensurada. Ele substitui o CPC 30/IAS 18 – Receitas, o CPC 17/IAS 11 – Contratos de construção e interpretações relacionadas. De acordo com o CPC 47/IFRS 15, a receita é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos bens ou serviços. Determinar o momento da transferência de controle – em um momento específico no tempo ou ao longo do tempo – requer julgamento.

A Administração avaliou os possíveis impactos de adoção dessa norma, porém, não identificou impactos relevantes em suas operações.

- CPC 48 – Instrumentos financeiros

O CPC 48/IFRS 9 estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros. Essa norma substitui o CPC 38/IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. Como resultado da adoção do CPC 48/IFRS 9, temos os seguintes comentários:

a. Classificação e mensuração de ativos financeiros e passivos financeiros

O CPC 48/IFRS 9 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e valor justo por meio de resultado (VJR). A classificação de ativos financeiros de acordo com CPC 48 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. O CPC 48 elimina as categorias antigas do CPC 38/IAS 39 de títulos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. De acordo com o CPC 48, os derivativos embutidos em que o contrato principal é um ativo financeiro no escopo da norma nunca serão separados. Em vez disso, o instrumento financeiro híbrido é avaliado para classificação como um todo. O CPC 48 retém em grande parte os requerimentos existentes no CPC 38 para a classificação e mensuração de passivos financeiros.

A adoção do CPC 48/IFRS 9 não teve um efeito significativo nas políticas contábeis da Companhia relacionadas a passivos financeiros e instrumentos financeiros derivativos.

A tabela a seguir e as notas explicativas abaixo explicam as categorias de mensuração originais no CPC 38/IAS 39 e as novas categorias de mensuração do CPC 48/IFRS 9 para cada classe de ativos e passivos financeiros da Companhia em 1º de janeiro de 2018. O efeito da adoção do CPC 48/IFRS 9 sobre os valores contábeis dos ativos financeiros em 1º de janeiro de 2018 está relacionado apenas aos novos requerimentos de redução ao valor recuperável.

CPC 38/ IAS 39	CPC 48/IFRS 9
VJR (mantido para venda)	VJR (residual)
Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Mantido até o vencimento	VJORA para dívidas
Disponível para venda	VJORA para instrumentos de patrimônio

b. Impairment de ativos financeiros

O CPC 48/IFRS 9 substitui o modelo de “perdas incorridas” da IAS 39 por um modelo de “perdas de crédito esperadas”. O novo modelo de redução ao valor recuperável aplica-se aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, ativos de contrato e instrumentos de dívida mensurados ao VJORA, mas não a investimentos em instrumentos patrimoniais. Nos termos do CPC 48, as perdas de créditos são reconhecidas mais cedo do que o CPC 38.

A Administração da Companhia optou por avaliar as estimativas de perdas de créditos esperadas ao longo da vida determinada pelo Termo de Contrato, citado na nota explicativa nº 1, relacionado ao contas a receber do ativo financeiro. O estudo considerou os fluxos de caixas devidos à Companhia, de acordo com o Termo de Contrato, e mensurou a perda esperada de acordo com: i) a análise de default histórico (perdas incorridas); ii) risco da região dos ativos financeiros; e iii) curva de spreads de crédito.

A partir desse estudo foram gerados fatores de perdas estimadas aplicados sobre os montantes das contas a receber do ativo financeiro que geraram as perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa (impairment), conforme mencionado na nota explicativa nº 7.

A adoção dessa nova norma gerou os seguintes impactos no patrimônio líquido da Companhia:

	Impacto da adoção do CPC 48
Aumento nas perdas estimadas com contas a receber do ativo financeiro	13.801
(-) Imposto de renda e contribuição social diferidos	(4.692)
Impacto em 1º de janeiro de 2018	<u>9.109</u>

Transição

As mudanças nas políticas contábeis resultantes da adoção do CPC 48/IFRS 9, foram aplicadas retrospectivamente, exceto pelas situações descritas a seguir:

A Companhia aproveitou a isenção que lhe permite não reapresentar informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros (incluindo perdas de crédito esperadas). As diferenças de saldos contábeis de ativos e passivos financeiros, resultantes da adoção do CPC 48/IFRS 9, foram reconhecidas na reserva de lucros, classificada no patrimônio líquido, em 1º de janeiro de 2018.

Para outros ativos financeiros não foram identificados impactos relevantes. Os ativos são analisados individualmente pela Companhia de acordo com as informações disponíveis para mensuração, e são realizadas avaliações dos efeitos de perdas de crédito esperadas.

3.11. Novos pronunciamentos técnicos, revisões, alterações e interpretações já emitidas, porém ainda não adotadas

Como parte do compromisso do CPC em adotar no Brasil todas as alterações introduzidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB" nas IFRSs, alterações em determinados pronunciamentos contábeis já foram divulgadas pelo IASB, as quais ainda não estão vigentes e a Companhia não adotou de forma antecipada para a preparação dessas demonstrações financeiras.

- CPC 06 (R2) - Operações de arrendamento mercantil/ Leasing:

A nova norma substitui a IAS 17 - "Operações de Arrendamento Mercantil" e correspondentes interpretações e determina que os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para, praticamente, todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações contábeis dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. Essa norma entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019.

Não há outras normas divulgadas pelo CPC ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os saldos estavam representados por:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Caixa e bancos	3.030	2.212
	<u>3.030</u>	<u>2.212</u>

5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Os saldos estavam representados por:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Aplicações financeiras	29.115	22.726
	<u>29.115</u>	<u>22.726</u>

Representadas por cotas de fundos de investimentos compostos principalmente por Certificados de Depósitos Bancários - CDBs e operações compromissadas com prazo de resgate inferior a 90 dias para os quais a Administração tem a intenção de manter até o vencimento, remuneradas pelo percentual entre 96% e 99,8% (97,5% e 98,9% em 2017) da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

6. CONTAS A RECEBER

Os saldos estavam representados por:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Arrecadação a receber (a)	14.884	15.731
Outros	1.759	2.977
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa (b)	<u>(1.293)</u>	<u>(773)</u>
Total	<u>15.350</u>	<u>17.935</u>
Ativo circulante	15.350	16.378
Ativo não circulante	<u>-</u>	<u>1.557</u>
	<u>15.350</u>	<u>17.935</u>

(a) Representa valores a receber do DAERP referentes às medições das estações de tratamento de esgoto de Ribeirão Preto.

(b) Em 31 de dezembro de 2018, a Administração julgou necessário constituir provisão para perda com créditos de liquidação duvidosa correspondente à 100% dos títulos referentes aos clientes CGR Guatapará e Terra Plana, contabilizados como "Outros".

O resumo da classificação por idade das contas a receber em 31 de dezembro seguir é como segue:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Vencidas:		
Até 30 dias	580	434
Acima de 31 dias (a)	<u>2.287</u>	<u>7.434</u>
Total de vencidas	<u>2.867</u>	<u>7.868</u>
A vencer:		
Até 30 dias	1.250	1.381
De 31 a 90 dias	2.128	3.520
De 91 a 120 dias	3.104	5.939
Acima de 121 dias	<u>7.294</u>	<u>-</u>
Total a vencer	<u>13.776</u>	<u>10.840</u>
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	<u>(1.293)</u>	<u>(773)</u>
Total de contas a receber de clientes	<u>15.350</u>	<u>17.935</u>

(a) Em 2017, a Companhia efetuou, junto ao DAERP, uma renegociação de títulos vencidos, no valor aproximado de R\$7.500, sendo que o primeiro pagamento da parcela, no valor de R\$311 foi efetuado no mês de julho de 2017. Durante o ano de 2018, referente ao parcelamento, a Companhia recebeu do DAERP o montante de R\$3.738 (R\$2.290 em 2017). O DAERP vem cumprindo com suas obrigações referente ao parcelamento e aos títulos decorrentes da prestação de tratamento de esgoto pela Ambient.

O prazo médio das contas a receber é de 120 dias.

7. ATIVO FINANCEIRO

Os saldos estavam representados por:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Custo de investimento	323.324	271.599
Ajuste pela taxa de retorno (a)	389.982	357.129
Recebimentos	(451.927)	(419.074)
Perdas esperadas (b)	<u>(13.801)</u>	-
Total	<u>247.578</u>	<u>209.654</u>
Ativo circulante	40.049	30.098
Ativo não circulante	<u>207.529</u>	<u>179.556</u>
Total	<u>247.578</u>	<u>209.654</u>

- a) Refere-se ao valor cumulativo de atualização a valor presente do ativo à taxa de 17,17% ao ano (19% ao ano em 2017), calculada pela Administração para definição do valor justo do ativo, considerando o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a ele associadas e o retorno dos investimentos realizados pela Companhia.
- b) Em 2018, tendo em vista a adequação à nova norma contábil CPC 48/IFRS 9, a Administração registrou o efeito do impairment correspondente aos 16 anos restantes de concessão no montante de R\$13.801. A Companhia levou em consideração às características de risco de crédito da operação, seu segmento de atuação e do cliente, sua taxa histórica de inadimplência, estimativas futuras de perdas e indicadores de crescimento aplicáveis à área da atuação da Companhia.

A taxa de retorno do investimento é apurada no modelo econômico-financeiro elaborado pela Administração com base nas premissas do contrato de concessão. Essa taxa resulta da contraposição entre a parcela fixa da remuneração pelos investimentos nas obras previstas no contrato até o fim do contrato de concessão e o gasto efetivo com investimento realizado somado à estimativa de gastos adicionais para cumprimento das obrigações do contrato de concessão.

A remuneração pelo investimento é atualizada anualmente pelo IGP-DI. Conforme previsto em contrato, a remuneração também é composta por outros custos fixos, tais como custo com pessoal e demanda fixa contratada de energia elétrica. No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a parcela fixa anual para remuneração do investimento foi de R\$32.853 (R\$35.072 em 31 de dezembro de 2017).

Os gastos com investimentos são adicionados ao ativo financeiro quando incorridos. Com base nas estimativas elaboradas pela Administração, são estimados gastos adicionais de aproximadamente R\$56.699 (R\$102.919 em 31 de dezembro de 2017), distribuídos ao longo do período residual do contrato de concessão, para atendimento de 100% do esgoto recebido e pelos investimentos adicionais previstos no aditivo contratual.

A expectativa de realização da totalidade dos créditos de longo prazo é como segue:

<u>Exercício a findar-se em</u>	<u>Ativo</u>
2020	57.969
2021	58.217
2022	58.319
Após 2022	<u>33.024</u>
Total	<u>207.529</u>

8. IMOBILIZADO

Os saldos estavam representados por:

<u>Custo do imobilizado bruto</u>	<u>Edificações</u>	<u>Terrenos</u>	<u>Veículos</u>	<u>Móveis e utensílios</u>	<u>Máquinas e equipamentos</u>	<u>Computadores e periféricos</u>	<u>Instalações</u>	<u>Imobilizado em andamento</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2016	2.808	35	348	395	434	425	185	12	4.642
Adições	-	-	256	83	44	17	81	53	533
Alienações/Baixas	-	-	(66)	-	-	(2)	-	-	(68)
Transferências	-	-	-	-	-	-	47	(47)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	2.808	35	538	478	478	440	313	18	5.107
Adições	-	-	-	34	25	101	10	-	170
Alienações/Baixas	-	-	-	(5)	(23)	(59)	(2)	-	(89)
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>2.808</u>	<u>35</u>	<u>538</u>	<u>507</u>	<u>480</u>	<u>482</u>	<u>321</u>	<u>18</u>	<u>5.188</u>
<u>Depreciação acumulada</u>									
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(630)	-	(335)	(167)	(227)	(315)	(126)	-	(1.800)
Depreciação	(146)	-	(11)	(32)	(35)	(46)	(19)	-	(289)
Alienações/Baixas	-	-	66	-	-	2	-	-	68
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(776)	-	(280)	(199)	(262)	(359)	(145)	-	(2.020)
Depreciação	(145)	-	(57)	(39)	(37)	(41)	(23)	-	(342)
Alienações/Baixas	-	-	-	4	22	59	2	-	87
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>(921)</u>	<u>-</u>	<u>(337)</u>	<u>(234)</u>	<u>(277)</u>	<u>(341)</u>	<u>(166)</u>	<u>-</u>	<u>(2.275)</u>
<u>Imobilizado líquido</u>									
Saldo em 31 de dezembro de 2017	2.032	35	258	279	216	81	168	18	3.087
Saldo em 31 de dezembro de 2018	1.887	35	201	273	203	141	155	18	2.913
Taxas médias ponderadas de depreciação anual- %	4	-	20	10	10	20	10	-	-

A Companhia revisa a cada exercício a vida útil e os valores residuais dos bens do ativo imobilizado. Não houve mudança nas taxas e nos valores residuais mensurados no exercício anterior.

9. PARTES RELACIONADAS

As transações efetuadas com a controladora e outras partes relacionadas são relativas, substancialmente, a contratos de serviços de execução, supervisão e gerenciamento de obras. As transações realizadas nos exercícios findos em 31 de dezembro estão demonstradas a seguir:

	2018		
	Custos com execução, supervisão e gerenciamento de obras	Contas a receber	Fornecedores
GS Inima Brasil Ltda. (controladora)	46.540	3	7.456
	2017		
	Custos com execução, supervisão e gerenciamento de obras	Contas a receber	Fornecedores
GS Inima Brasil Ltda. (controladora)	44.621	7	17.563

No decorrer dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, a Companhia reconheceu os montantes de R\$1.271 e R\$1.180, respectivamente, a título de remuneração de seus administradores. Esses valores correspondem basicamente à remuneração dos administradores, os quais não obtiveram nem concederam empréstimos à Companhia e/ou outras partes relacionadas e não possuem benefícios indiretos significativos.

A Companhia concede participação nos lucros e resultados a seus colaboradores. O pagamento dessa participação está vinculado ao alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início de cada exercício. Os valores apurados no fim do exercício são apropriados ao resultado, tendo como contrapartida as obrigações sociais. Os saldos de provisão para Participação nos Lucros e Resultados - PLR registrados em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, respectivamente, na rubrica "Obrigações sociais" são de R\$788 e R\$661. As metas são como segue:

a) Dos participantes

Os participantes nos resultados da Companhia são todos os colaboradores, diretores e gerentes contratados com vínculo empregatício, no período de abrangência do plano. Participam os empregados desligados que não foram demitidos por justa causa. No caso de demissão, a participação será proporcional ao tempo trabalhado.

b) Definição dos valores

São considerados critérios para a definição dos valores a serem pagos, sobre os quais são atribuídos pesos conforme tabelas específicas. Os critérios são: Metas individuais, Metas Departamentais e/ou Unidades Operacionais e Metas Corporativas .

10. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Os saldos de empréstimos estavam representados por:

<u>Instituições financeiras</u>		Juros e encargos anuais	Vencimento final	Circulante	
				31/12/2018	31/12/2017
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	(a)	TJLP + 4,85% a.a.	Abril de 2021	4.492	4.492
Banco Caixa Econômica Federal	(b)	TR + 8,5% a.a.	Novembro de 2031	1.301	-
Banco Votorantim S.A. - FINAME	(c)	9,50% a.a.	Dezembro de 2020	245	245
Banco Votorantim S.A. - FINAME	(c)	Selic + 4,1% a.a.	Dezembro de 2020	1.251	1.251
Total				7.289	5.988

<u>Instituições financeiras</u>		Juros e encargos anuais	Vencimento final	Não circulante	
				31/12/2018	31/12/2017
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social- BNDES	(a)	TJLP + 4,85% a.a.	Abril de 2021	2.882	6.659
Banco Caixa Econômica Federal	(b)	TR + 8,5 a.a.	Novembro de 2031	110.384	-
Banco Votorantim S.A. - FINAME	(c)	9,50% a.a.	Dezembro de 2020	193	412
Banco Votorantim S.A. - FINAME	(c)	Selic + 4,1% a.a.	Dezembro de 2020	1.215	2.222
Total				114.674	9.293

- (a) Refere-se a financiamento para ampliação e melhoria da estação de tratamento de esgoto "Ribeirão Preto" obtido do BNDES, captado em fevereiro de 2015. Os juros e o principal são pagos mensalmente e terão vencimento da parcela final em abril de 2021. O empréstimo está garantido por nota promissória, "comfort letter" e alienação fiduciária dos equipamentos vinculados ao FINAME.
- (b) Refere-se ao programa intitulado "Saneamento para Todos" que corresponde às obras dos interceptores de esgoto da cidade de Ribeirão Preto, obtido da CEF, captado em agosto de 2018, conforme compromisso assumido pela Companhia em 26/11/2015, através do Termo Aditivo ao Contrato de Concessão no montante de R\$110.384. Os juros e o principal serão pagos mensalmente pelo prazo de 144 meses após o prazo de carência. Estimamos que o vencimento da parcela final será em novembro de 2031. Este é o único contrato firmado pela Companhia que possui garantia restritiva (Covenant), cujo ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida) precisa ser igual ou superior a 1,0. Em 31/12/2018 o ICSD da Companhia corresponde à 1,85.
- (c) Referem-se a financiamentos para ampliação e melhoria da estação de tratamento de esgoto "Ribeirão Preto" obtido do Banco Votorantim S.A. na modalidade FINAME, tendo sido a primeira liberação em março de 2016. Os juros e os principais são pagos mensalmente e terão vencimento da parcela final em dezembro de 2020. O empréstimo está garantido por nota promissória, "comfort letter" e alienação fiduciária dos equipamentos vinculados ao FINAME.

Com relação ao financiamento com o BNDES, a Companhia e seus acionistas também assumiram compromissos de caráter econômico-financeiro. Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, a Companhia cumpriu todos os compromissos estabelecidos em contrato.

Os empréstimos e financiamentos de longo prazo, em 31 de dezembro de 2018, têm os seguintes vencimentos:

<u>Ano de vencimento</u>	<u>R\$</u>
2020	23.468
2021	8.846
2022	7.792
2023	7.792
Após 2023	66.776
Total	114.674

11. DEBÊNTURES PRIVADAS

O saldo das debêntures estava representado por:

<u>Instituição credora</u>	<u>Juros e encargos</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Circulante</u>	
			<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Banco Bradesco BBI S.A	CDI + 3,75% a.a.	Outubro de 2018	-	35.756
Custos de emissão debêntures			-	(349)
			<u>-</u>	<u>35.407</u>

Em 28 de março de 2017, a Companhia havia firmado Instrumento Particular de Escritura da 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, para distribuição pública com esforços restritos, com a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários como agente fiduciário e representante dos debenturistas, no montante de R\$35.000. Foram emitidas 35.000 debêntures, em uma única série, ao valor nominal unitário das debêntures de R\$1 na data da emissão. As debêntures haviam sido totalmente subscritas e integralizadas em 17 de abril de 2017. As debentures faziam jus a juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias das Taxas DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, Over Extra-Grupo ("Taxas DI"), expressas na forma percentual ao ano, acrescidas de spread (sobretaxa) de 3,75% ao ano. O pagamento da remuneração estava sendo realizado semestralmente, sendo que o primeiro ocorreu em outubro de 2017, e os demais ocorreram em abril de 2018 e outubro de 2018. O vencimento final das debêntures ocorreu em outubro de 2018.

12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, o capital social é R\$48.491 e está representado por 1.006.325 ações nominativas, sendo 335.443 ordinárias e 670.882 preferenciais, sem valor nominal, assim distribuído:

	<u>2018 e 2017</u>	
	<u>Ações</u>	
	<u>Ordinárias</u>	<u>Preferenciais</u>
GS Inima Brasil Ltda.	335.443	670.878
Outros	-	4
Total	<u>335.443</u>	<u>670.882</u>

As ações preferenciais não têm direito a voto e gozam de prioridade na distribuição de dividendos idênticos aos pagos às ações ordinárias.

Reservas de lucros e distribuição de dividendos

a) Reserva legal, reserva para contingências e retenção de lucros

A reserva legal é constituída em conformidade com a legislação societária e o estatuto social, na base de 5% do lucro líquido do exercício até atingir 20% do capital social ou 30% do saldo do capital mais as reservas. Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, o saldo de reserva legal corresponde a 20% do capital social (i).

O estatuto social da Companhia prevê a retenção de 5% do lucro líquido para a constituição de reserva para contingências, limitada ao valor do capital social.

O saldo de lucros acumulados é alocado à reserva de retenção de lucros, sendo sua distribuição definida em Assembleia Geral Ordinária e/ou Extraordinária.

b) Distribuição de dividendos

O estatuto social da Companhia prevê a distribuição de dividendos às ações ordinárias e preferenciais, atendendo ao percentual anual mínimo e obrigatório de 25% sobre o lucro líquido, conforme definido pela Lei das Sociedades por Ações.

Por meio de Assembleia Geral Extraordinária, realizadas em 29 de novembro de 2018 e 28 de dezembro de 2018, respectivamente, foram aprovados dividendos complementares ao exercício de 2017, no valor total de R\$18.500, sendo R\$16.000 pagos aos acionistas em 2018 e R\$2.500 a serem pagos no decorrer do ano de 2019.

Os dividendos mínimos obrigatórios referentes ao lucro apurado no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 são de R\$7.177 (R\$7.673 em 31 de dezembro de 2017), a serem pagos no decorrer de 2019.

O cálculo dos dividendos obrigatórios, em 31 de dezembro, está demonstrado a seguir:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Lucro líquido do exercício	30.220	32.307
Lucro líquido após ajustes	30.220	32.307
Reserva legal de 5% do lucro (i)	-	-
Reserva para contingências de 5% do lucro	<u>(1.511)</u>	<u>(1.615)</u>
Base de cálculo	28.709	30.692
Dividendos estatutários obrigatórios	25%	25%
Dividendos propostos	<u>7.177</u>	<u>7.673</u>
Dividendos por ação (em reais - R\$)	<u>7,1319</u>	<u>7,6247</u>

13. RECEITA LÍQUIDA

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado dos exercícios é como segue:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Receita bruta de serviços prestados	49.317	43.446
Receita de construção (*)	50.680	48.378
Remuneração do ativo financeiro	32.853	35.072
Programa de Integração Social - PIS	(576)	(549)
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	<u>(2.660)</u>	<u>(2.534)</u>
Receita líquida	<u>129.614</u>	<u>123.813</u>

(*) Refere-se às obras dos novos interceptores da cidade de Ribeirão Preto.

14. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

<u>Os saldos estavam representados por</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Custo dos serviços prestados:		
Custos de pessoal	4.155	3.836
Materiais	1.750	1.749
Serviços de terceiros	6.447	6.905
Energia elétrica	5.619	5.016
Taxa de gerenciamento	788	740
Custo de construção (*)	50.680	48.378
Outros custos com operação	391	580
Total	<u>69.830</u>	<u>67.204</u>

(*) Refere-se às obras dos novos interceptores da cidade de Ribeirão Preto, com gastos de mão de obra, materiais, serviços, etc.

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Despesas gerais e administrativas:		
Com pessoal	3.222	3.303
Materiais	90	106
Serviços de terceiros	2.011	2.709
Depreciação e amortização	375	328
Publicidade e propaganda	195	271
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (*)	520	(2.290)
Outras despesas, líquidas	1.010	1.460
Total	<u>7.423</u>	<u>5.887</u>

(*) Em 31 de dezembro de 2016, a Administração julgou necessário constituir provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa referente aos títulos vencidos e protocolados com inadimplência no DAERP no montante de R\$3.062. Durante o exercício de 2017, a Companhia reverteu parte daquela provisão (R\$2.290), tendo em vista o recebimento dos valores pelo DAERP, restando R\$773 como provisão de perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa em 31 de dezembro de 2017. Já em 31 de dezembro de 2018, a provisão constituída foi revertida completamente, pois os títulos foram renegociados e estão sendo pagos pelo DAERP. Além disso, em 31 de dezembro de 2018, a Administração julgou necessário constituir provisão para perda com créditos de liquidação duvidosa correspondente à 100% dos títulos referentes aos clientes CGR Guataparã e Terra Plana que totalizam R\$1.293, conforme mencionado na nota explicativa nº 6.

15. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Receitas financeiras:		
Rendimentos sobre aplicações financeiras	922	2.000
Outras	(7)	28
Total	<u>915</u>	<u>2.028</u>
Despesas financeiras:		
Juros pagos ou incorridos	(6.449)	(5.139)
Outras	(990)	(522)
Total	<u>(7.439)</u>	<u>(5.661)</u>

16. RECONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

I. Imposto de renda e contribuição social diferidos

<u>Diferenças temporárias</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Bases do ativo:		
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	(1.293)	(773)
Provisão para participação nos lucros	(788)	(661)
Provisão para riscos	(286)	(773)
Persas esperadas com ativo financeiro	<u>(13.801)</u>	<u>-</u>
	(16.168)	(2.207)
Bases do passivo:		
Ajustes referentes às diferenças entre práticas contábeis fiscais e societárias (a)	46.039	35.283
Base de cálculo	29.871	33.076
Alíquota nominal	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Total do passivo	<u>10.156</u>	<u>11.246</u>

(a) Referem-se aos ajustes decorrentes da adoção inicial das alterações de práticas contábeis adotadas no Brasil, relacionadas ao reconhecimento do ativo financeiro.

II. Cálculo do imposto de renda e contribuição social - resultado

A reconciliação do imposto de renda e da contribuição social, correntes e diferidos, calculados com base nas alíquotas nominais, é como segue:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	45.828	47.066
Alíquota vigente	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(15.582)	(16.002)
Ajustes para a alíquota efetiva:		
Provisão para perdas financeiras	(804)	(750)
Outras diferenças permanentes	<u>778</u>	<u>1.993</u>
Despesa de imposto de renda e contribuição social	<u>(15.608)</u>	<u>(14.759)</u>
Correntes	(12.005)	(11.846)
Diferidos	<u>(3.603)</u>	<u>(2.913)</u>
Total	<u>(15.608)</u>	<u>(14.759)</u>

17. LUCRO POR AÇÃO

As tabelas a seguir reconciliam o lucro líquido e a média ponderada do valor por ação, utilizados para o cálculo do lucro líquido básico e do lucro líquido diluído por ação.

<u>Básico</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Lucro líquido do exercício	30.220	32.307
Quantidade de ações no fim do ano (em milhares)	<u>1.006</u>	<u>1.006</u>
Lucro líquido por ação - básico - R\$	<u>30,04</u>	<u>32,11</u>

<u>Diluído</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Lucro líquido utilizado na apuração do lucro líquido básico por ação	30.220	32.307
Quantidade média ponderada de ações utilizada na apuração do lucro líquido diluído por ação (em milhares)	<u>1.006</u>	<u>1.006</u>
Lucro líquido por ação - diluído - R\$	<u>30,04</u>	<u>32,11</u>

18. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluídos na demonstração dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 4.

b) Informações suplementares

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Transações que não afetam caixa:		
Dividendos propostos e não pagos	<u>9.677</u>	<u>12.673</u>
Total	<u>9.677</u>	<u>12.673</u>

19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros que se destinam a atender às necessidades próprias, bem como a reduzir a exposição a riscos de mercado, moeda e taxa de juros. A Companhia avalia seus ativos e passivos em relação aos valores de mercado e/ou realização por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação estabelecidas pela Administração. Entretanto, tanto a interpretação dos dados de mercado quanto a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e razoáveis estimativas para se produzir o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para estimativas pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, os valores estimados de mercado dos instrumentos financeiros aproximam-se dos valores contábeis.

Em 31 de dezembro, a Companhia possuía instrumentos financeiros representados por:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Ativos financeiros:		
Caixa e equivalentes de caixa	3.030	2.212
Aplicações financeiras	29.115	22.726
Contas a receber	15.350	17.935
Ativo financeiro	<u>247.578</u>	<u>209.654</u>
	<u>295.073</u>	<u>252.527</u>
Passivos financeiros:		
Empréstimos e financiamentos	(121.963)	(15.281)
Debêntures privadas	-	(35.407)
Fornecedores	(2.242)	(3.640)
Fornecedores - partes relacionadas	<u>(7.456)</u>	<u>(17.563)</u>
	<u>(131.661)</u>	<u>(71.891)</u>
Ativos financeiros líquidos	<u>163.412</u>	<u>180.636</u>

O valor de mercado dos ativos financeiros e dos financiamentos de curto e longo prazos, quando aplicável, foi determinado utilizando-se das taxas de juros correntes disponíveis para operações remanescentes com condições e vencimentos similares.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, a Companhia não transacionou instrumentos financeiros derivativos.

Os detalhes a respeito das principais práticas contábeis e métodos adotados, inclusive o critério de reconhecimento, a base de mensuração e o método de reconhecimento das receitas e despesas em relação a cada classe de ativos, passivos e instrumentos financeiros, estão apresentados na nota explicativa nº 3.

Análise de sensibilidade

A Companhia está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações da TJLP, do IGP-M e do CDI, relativos a empréstimos em reais (R\$). As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

Em 31 de dezembro de 2018, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando aumentos de 25% e de 50% nas taxas de juros esperadas sobre o saldo de empréstimos e financiamentos, líquidos das aplicações financeiras.

<u>Indicadores</u>	<u>Cenário I (provável)</u>	<u>Cenário II (+ 25%)</u>	<u>Cenário III (+ 50%)</u>
CDI	6,42%	8,03%	9,63%
Receita de aplicações financeiras	1.869	2.336	2.804
UR-TJLP	6,98%	8,73%	10,47%
Juros a incorrer (*)	(515)	(643)	(772)
SELIC	1,00%	1,25%	1,50%
Juros a incorrer (*)	(25)	(31)	(37)
Juros a incorrer líquido	1.329	1.662	1.995

Fonte dos índices: Relatório Focus - Banco Central do Brasil - BACEN.

(*) Referem-se ao cenário de juros a incorrer para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.

Os principais riscos a que a Companhia está exposta na condução de suas atividades são:

- Risco de liquidez: o risco de liquidez consiste na eventualidade de a Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir seus compromissos em virtude dos diferentes prazos de liquidação de seus direitos e obrigações. O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia é monitorado diariamente pelas áreas de gestão da Companhia, para garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessário, sejam suficientes para a manutenção de seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia.
- Risco de taxas de juros: É oriundo da possibilidade da Companhia incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos. Os empréstimos contraídos são controlados em termos de valor de exposição e de taxas contratadas, em virtude na respectiva natureza, a fim de não expor a Companhia a riscos considerados excessivos.

- c) Risco de crédito: instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia a concentrações de risco de crédito consistem, primariamente, em caixa e bancos, aplicações financeiras e contas a receber. A Companhia mantém contas-correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras aprovadas pela Administração de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

20. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e a relevância dos itens segurados, levando em conta a natureza de sua atividade e a orientação de seus consultores de seguros.

Em 31 de dezembro de 2018, as coberturas de seguros são resumidas como segue:

<u>Modalidade de seguro</u>	<u>Riscos cobertos</u>	<u>Limites de indenização</u>
Todos os riscos	Responsabilidade civil - geral	8.000
	Riscos operacionais e de engenharia	75.000
Seguro-garantia	Garantia de execução do contrato de concessão	15.652
	Garantia financiamento banco CEF	13.774

21. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 27 de março de 2019.